

A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o *ethos* e o *pathos* nos editoriais do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* sobre a deposição de João Goulart

Eduardo Lopes Piris¹

Resumo: Este texto apresenta a análise dos discursos dos jornais *Correio da Manhã* e *O Globo*, mais especificamente os editoriais publicados na primeira página da edição de 2 de abril de 1964. O estudo volta-se para a constituição do sujeito discursivo, depreendendo seus *ethé* e seus *pathé*. Assume-se aqui os pressupostos teóricos da *Análise do Discurso* de orientação francesa, em seus desdobramentos propostos por Dominique Maingueneau. A discussão em torno do *ethos* e do *pathos* se fundamenta na *Retórica* de Aristóteles, bem como se apoia nos postulados da *Teoria da Argumentação*, representada por Gilles Declercq, Michel Meyer e Christian Plantin. Trata-se de um trabalho que tem por objeto o discurso e a argumentação, por isso situado na interface entre a *Análise do Discurso* e a *Teoria da Argumentação*. Por fim, pretende-se mostrar de que maneira o *ethos* e o *pathos* manifestados no discurso jornalístico orientam o leitor na direção de certas conclusões e legitimam a enunciação de um determinado posicionamento discursivo em detrimento de outro(s) posicionamento(s).

Palavras-chave: Golpe de 64; discurso jornalístico; editorial; *ethos*; *pathos*.

1. Introdução

O cenário político internacional, entre 1945 e 1989, foi marcado pela polarização entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Inegavelmente, essa polarização ideológica influenciou a política brasileira, matizando as divergências políticas já existentes. Se o cenário político brasileiro em 1964 apresentava muitas tendências partidárias que representavam os interesses dos vários setores sócio-econômicos existentes no país, o Golpe de 64 (influenciado também pela guerra fria) criou um novo paradigma ao determinar a reorganização desses diversos setores em torno de apenas duas posições políticas marcadamente controversas: a dos *apoiadores do golpe* e a dos *opositores ao golpe*.

Travou-se aí um embate que se estendeu a várias esferas da atividade humana, entre elas a jornalística. E, considerando que o sentido de um enunciado não existe em si mesmo, pois está relacionado

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Filologia e Língua Portuguesa (FFLCH-USP/CAPES), sob a orientação da Prof^a Dr^a Lineide Salvador Mosca. E-mail: eduardopiris@usp.br

às formações discursivas, palavras como *democracia*, *liberdade*, *revolução*, *violência* não possuem o mesmo sentido se estão materializando discursos inscritos em formações discursivas distintas.

No entanto, a constituição de cada um desses dois discursos está longe de ser um processo isolado, pois, considerando o primado do interdiscurso, conforme proposto por Maingueneau em sua *Gênese dos Discursos* (2007 [1984]), o que podemos chamar de fechamento ou de fronteira de uma formação discursiva não se caracteriza como algo estanque, mas como algo instável, uma vez que a identidade de uma formação discursiva somente se constrói na relação com o Outro. Assim, o discurso dos opositores ao golpe só se sustenta graças ao discurso dos seus apoiadores e vice-versa; um só existe em decorrência do outro.

No jogo enunciativo, em que o que é e o que parece ser se confundem, o modo de dizer, que também é o modo de ser, de se comportar, daí o *ethos*, torna-se crucial para um veículo de imprensa conquistar a adesão de seu público-leitor, assim como legitimar a inscrição de seu discurso perante um posicionamento ideológico e discursivo. Soma-se a isso a tensão emocional gerada pelos fatos que se sucedem e pela incerteza instalada nos corações daqueles que acompanham tais fatos pelos jornais; daí que se afigura a relevância do *pathos* discursivo.

2. Pressupostos teóricos

2.1. A noção de *ethos*

Aristóteles (1998) define três espécies de provas artísticas de persuasão fornecidas pelo discurso, dizendo que “umas residem no carácter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (1998, p.49).

Aristóteles expõe claramente essa primeira prova ao afirmar que “persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” e que “é, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador” (Ibidem). A segunda prova consiste na disposição dos ouvintes, ou seja, nas emoções que o discurso os leva a experimentar. Já a terceira deriva do que é construído por meio do próprio raciocínio. A essas três espécies de provas técnicas ou artísticas de persuasão correspondem, mais especificamente, os termos *ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente.

Gilles Declercq (1992, p.47) explica que “o *ethos* deve ser compreendido como uma condição *técnica* e *intrínseca* do processo de persuasão, e não como uma qualidade moral e *extrínseca* que resulta da natureza do orador”². E mais, “é o discurso que produz a confiança: correlativamente a uma representação

² No original: “L’*ethos* doit donc se comprendre comme une condition technique et intrinsèque du processus de persuasion, et non comme une qualité morale et extrinsèque issue de la nature de l’orateur.” (Declercq, 1992, p.47).

do mundo, o orador constrói por meio de sua enunciação uma representação oratória de sua pessoa que modela a situação e argumentação”³. Em outras palavras, não é necessariamente a própria honestidade do orador que lhe garantirá o sucesso persuasivo, mas sim a impressão que o seu discurso causar.

No que diz respeito à concepção moderna de *ethos*, podemos notar que tal noção vem sendo acolhida e adaptada por estudiosos das mais diversas tendências teóricas do discurso. Entretanto, concentraremos nossa atenção nos trabalhos de Dominique Maingueneau, pois entendemos que suas formulações sobre a questão do *ethos* são as que mais se aproximam de uma perspectiva de Análise do Discurso assumida neste trabalho.

Maingueneau (2006) afirma que a multiplicidade do atual emprego do termo *ethos* torna difícil uma estabilização dessa noção, mas que, sem prejudicar a maneira como ela será explorada, ainda é possível manter acordo sobre três pontos, a saber:

O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à fala;

O *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;

É uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada (MAINGUENEAU, 2006, p.60).

Partimos, assim, do princípio de que o *ethos* está associado à construção da imagem do orador no e pelo discurso e não corresponde a qualquer opinião prévia que se tenha sobre sua pessoa. Ressaltamos, porém, que estar associado não significa ser equivalente, pois a noção de *ethos* não se satisfaz em recobrir a imagem do enunciador (logo, entende-se que há uma distinção entre *ethos* e imagem do enunciador), mas extrapola isso, ao remeter à idéia do fiador do discurso, daquele que garante o que é dito, legitimando seu discurso pelo seu modo de dizer.

Os discursos, mesmo aqueles que se manifestam por meio de gêneros discursivos escritos, possuem um tom que, conforme Maingueneau (1997), “está necessariamente associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*” (op.cit, p.46-47), que dão corpo ao enunciador. Assim, o tom aparece como a vocalidade que implica o corpo do enunciador, não o corpo do ser empírico, mas aquele que emerge do discurso como “uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador” (MAINGUENEAU, 2005, p.72). Esse corpo, que provido de um tom, um caráter e uma corporalidade, garante a legitimidade⁴ do discurso, porque suas qualidades se apóiam em representações sociais, estereótipos culturais valorizados positivamente ou negativamente por um dado grupo social. E, como aponta Maingueneau, “esses

³ No original: “C’est le discours qui produit la confiance: corrélativement à une représentation du monde, l’orateur construit par son énonciation une représentation oratoire de sa personne qui façonne la situation d’argumentation.” (Ibidem).

⁴ A legitimidade de um discurso não se confunde com a autoridade ou o prestígio social de que goza seu enunciador, mas tem a ver com a inscrição sócio-histórica de seu discurso a uma formação discursiva.

estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade..." (2005, p.72), o que não trata de outra coisa senão da discursividade, aliás, da interdiscursividade. Isso quer dizer que um mesmo estereótipo pode servir de base à construção de *ethé* similares que podem se manifestar por meio de um pronunciamento parlamentar ou de um editorial de jornal.

Bem entendido, o *ethos* discursivo tem seus desdobramentos. O enunciador por meio de seu modo de dizer mostra um determinado comportamento em vez de outro, criando uma oposição entre dois ou mais tipos de *ethé*. Eis que se insere a questão do *anti-ethos*: a construção de um *ethos* *x* acarreta a construção de um *anti-ethos não x* e é esta correlação que se apresenta ao co-enunciador para a incorporação do *ethos*. A noção de incorporação é proposta por Maingueneau (2005, p.72) para dar conta da relação entre *ethos* e co-enunciador ou, ainda, para designar a ação do *ethos* sobre o co-enunciador. Uma vez que o entendimento do processo de persuasão pelo *ethos* não se exaure na sua descrição em si, é preciso compreender que a enunciação, ao dar corpo ao fiador, possibilita que o co-enunciador incorpore, assimile o modo de se comportar desse corpo enunciante, tendo a ilusão de que ele faz parte de um corpo, um grupo social e ideológico. Assim, para Maingueneau (2005), o processo de incorporação está concluído quando o co-enunciador se vê como membro de "uma comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso" (op.cit, p.73).

Desse modo, quando se fala em incorporação, está-se determinando o papel que a imagem do corpo do enunciador cumpre no processo persuasivo, mas não o corpo restrito a uma compleição física, e sim um corpo dotado de caráter e de reconhecimento sócio-histórico-cultural.

2.2. A noção de *pathos*

Ao lado do *ethos*, o *pathos* é uma noção que remonta à Antigüidade. Vejamos duas passagens da *Retórica*, em que Aristóteles define o *pathos*, as paixões⁵:

As paixões são todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos (ARISTÓTELES, 2000, p.5).

Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio (ARISTÓTELES, 1998, p.49).

Atualmente, a noção de *pathos* e seus desdobramentos são objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento e das várias tendências dentro das ciências da linguagem; por conseguinte, tem-se aí uma grande dificuldade de estabilizar tal noção, a exemplo do que ocorre com o *ethos*. E estabilizar, aqui,

⁵ Plebe (1978, p.42) adverte que a tradução de *pathos* por "paixão" deve ser entendida de forma aproximada, já que *pathos* "não é 'paixão' no puro sentido de uma inflamada emoção, mas é o mundo todo da irracionalidade emocional".

significa definir minimamente uma noção em um quadro teórico de modo que seja possível operar com ela, e não encerrar a discussão sobre o assunto. Nesse sentido, Mosca (2004, p.130) mostra como, ao longo dos séculos, os termos associados a esse assunto (sentimento, emoção, estado de ânimo, humores, paixões) foram sendo empregados como sinônimos e como uma variedade de fenômenos foi, muitas vezes, recoberta por apenas um desses termos.

A perspectiva deste trabalho não é a de simplesmente levantar os sentimentos, as emoções e as paixões de cada discurso e daí talvez distingui-las. A razão de adaptar o *pathos* retórico ao quadro da Análise do Discurso deve-se ao fato de que estamos ancorando nossa abordagem na tradição retórica de inspiração aristotélica, bem como destacando a dimensão argumentativa das paixões, em cuja visada o foco da análise recai sobre o complexo processo de interação entre enunciador e co-enunciador.

O *pathos* discursivo está vinculado a um conjunto de crenças compartilhadas e axiologizadas sócio-historicamente, ou seja, a um sistema de valores que determina o valor de cada paixão, conforme a circunstância em que ela é manifestada em uma dada sociedade e seu momento histórico. É no e pelo discurso que se projetam as imagens do sujeito, de si e do outro, apoiadas também no tipo de paixões que seu contexto sócio-histórico determina como possíveis ou não possíveis de manifestar. Por exemplo, em uma democracia republicana de qualquer país do mundo, o discurso de um deputado acusado de corrupção deve manifestar veemente indignação; isso quer dizer que os sistemas de valores (da democracia republicana) impõem ao sujeito enunciador (deputado acusado) que ele, no mínimo, manifeste e desperte em seu co-enunciador (Parlamento, opinião pública etc.) uma determinada emoção (indignação) em resposta à injustiça que ele supostamente tenha sofrido, o que terá consequências na construção de seu *ethos*. Vale observar que acabamos de tocar na intrínseca relação *ethos* e *pathos*.

Em outras palavras, entendemos o *pathos* discursivo como um conjunto de recursos lingüístico-discursivos voltados à construção de efeitos de sentido passionais que, de acordo com um dado contexto sócio-histórico, uma dada formação ideológica e sua correspondente formação discursiva, participam do processo de interpelação do sujeito. Nesse ponto de vista, as paixões se afiguram também como um sistema de evidências e de percepções que oferece ao sujeito a experiência de comungar uma dada emoção numa dada situação de enunciação. Essa comunhão passional está presente na construção dos efeitos de identificação entre o enunciador e seu co-enunciador, fazendo com que este as experimente também (o que faz interferir em seu julgamento). Deduzimos daí que o tipo de *pathos* tem parte na qualidade de *ethos* que é construído no discurso, pois as emoções estão imbricadas a modos de falar, de enunciar, logo a modos de ser e de se comportar no mundo.

Dessa forma, pretende-se neste trabalho mostrar a influência recíproca que as noções de *ethos* e de *pathos* exercem uma sobre a outra nesse processo de interação e de construção do discurso. Distanciamonos, assim, de uma perspectiva de análise que se restringe a abordar as emoções como efeito de sentido que o discurso causa no destinatário da enunciação, uma vez que consideramos as noções de *ethos* e de

pathos como categorias de uma mesma dimensão subjetiva do discurso e nos preocupamos como o *pathos* afeta o *ethos*, o *anti-ethos*, a incorporação do *ethos* etc.

Por fim, é importante ressaltar que tais formulações inspiram-se no trabalho de três grandes estudiosos da retórica aristotélica filiados à Teoria da Argumentação, Gilles Declercq (1992), Michel Meyer (2003) e Christian Plantin (2008):

O *ethos* se articula com o *pathos*, pois a representação das virtudes morais induz emoções no auditório⁶ (DECLERCQ, 1992, p.51)

As paixões são ao mesmo tempo modos de ser (que remetem ao *ethos* e determinam um caráter) e respostas a modos de ser (o ajustamento ao outro). Daí a impressão de que as paixões nada têm de interativo, sendo somente estados afetivos próprios da pessoal como tal. A confusão, porém, permanece (MEYER, 2003, p.XLVII).

“Ele sente como nós”; o *ethos* tem ainda uma “estrutura emocional” na medida em que a emoção (ou o controle emocional) manifestada no discurso repercute inevitavelmente sobre a fonte dessas manifestações, o que estabelece uma primeira ligação entre *ethos* e afetos (PLANTIN, 2008, p.115).

3. Análise dos editoriais do *Correio da Manhã* e d'*O Globo*

3.1. O posicionamento discursivo

Em 2 de abril de 1964, *O Globo* e *Correio da Manhã* publicam seus editoriais sob os títulos “Ressurge a Democracia!” (vide Anexo I) e “Vitória” (vide Anexo II), respectivamente. Os dois jornais se mostram favoráveis à deposição do presidente João Goulart, o que – a princípio – poderia caracterizar posicionamentos ideológicos idênticos ou, no mínimo, bem semelhantes. Todavia, essa convergência de opiniões é apenas aparente e superficial, pois, se os dois discursos atribuem a João Goulart a figura do anti-sujeito, conferem o papel de sujeito a atores bem distintos. Se o *Correio da Manhã* enuncia “Vitória”, é preciso investigar aí quem venceu e quem foi vencido. E, se *O Globo* publica “Ressurge a Democracia!”, também é preciso averiguar os atores envolvidos nesse acontecimento, ou seja, apontar aí os responsáveis pelo ressurgimento da democracia e pelo seu pressuposto desaparecimento. Vejamos:

O *Correio da Manhã* contrapõe “aqueles que sempre ameaçaram as instituições” e “aqueles que sempre as defenderam”, incluindo-se nesta última categoria. Atribui a “vitória” não “à direita”, mas “aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei” (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1). No discurso do *Correio da Manhã*, “vitória” significa, então, a conquista de valores como “a democracia”, “a

⁶ No original: [...] l'*ethos* s'articule en effet au *pathos*, car la représentation des vertus morales induit des émotions chez l'auditoire.

legalidade”, “a disciplina”, “a lei”. Para o *Correio da Manhã*, “esta vitória é da democracia e da nação brasileira”. Trata-se de um discurso que reproduz a ideologia da nação brasileira como vencedora.

Já *O Globo* constrói um discurso em as “Forças Armadas” têm papel fundamental no processo de “restauração da democracia brasileira”, ao passo que o “povo brasileiro” cumpre não o papel de sujeito agente de transformação (como no *Correio da Manhã*), mas o de vítima socorrida:

GRAÇAS À DECISÃO e ao heroísmo das Fôrças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável [...] (O GLOBO, 1964, p.1).

ESTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Fôrças Armadas (*ibidem*).

MAIS UMA VEZ, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto [...] (*ibidem*).

Outro aspecto é que, enquanto o *Correio da Manhã* censurava o comportamento do presidente João Goulart por meio de críticas à sua administração, o editorial d’*O Globo* repreende o presidente, atribuindo-lhe a imagem de comunista:

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos [...] (*ibidem*).

Constrói-se não só um acontecimento discursivo, mas também seus atores. No discurso d’*O Globo*, “o ressurgimento da democracia” significa a conquista de valores como “a democracia”, “a lei”, “a ordem”. Não parece muito diferente do que o *Correio da Manhã* entende por “vitória”; todavia, vê-se que este já demonstra preocupação com quem iria ocupar o vácuo deixado pela deposição de João Goulart, ao contrário daquele, que faz seu leitor acreditar que o “Congresso Nacional guiará a nação ao seu futuro”:

O afastamento do govêrno do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1).

Não admitimos – e o fazemos com autoridade e isenção – que para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbítrio de quem quer que seja (*ibidem*).

Agora o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção ao seu grande destino [...] (O GLOBO, 1964, p.1)

Note-se aí que a palavra “marcha” não pode de forma alguma ser lida como um signo neutro, pois ela se inscreve em uma cadeia interdiscursiva que atualiza o acontecimento da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e remete à marcha dos soldados, valorizando as Forças Armadas. É nesse sentido que Fiorin (1988, p.34) mostra que o grupo golpista consegue produzir um discurso em que o “Goulart” engana o “povo” ao se identificar com “o movimento comunista internacional”, gerando a insatisfação e a

decepção do “povo”, que passa a confiar nas “Forças Armadas”. Fiorin (1988, p.52-54) mostra ainda que o dito discurso “revolucionário” promete tirar o Brasil do “caos” (desordem, desgoverno, inflação, subversão, anarquia, etc.) e estabelecer a “ordem” (disciplina, desenvolvimento, não-inflação, respeito à hierarquia, etc.), concluindo que “restauração da ordem não é reforma, é a negação do reformismo, que é apresentado como ‘subversão’” (op.cit, p.63).

Essa breve vista d’olhos nos editoriais do *Correio da Manhã* e d’*O Globo* já nos permite dizer que esses dois jornais, embora favoráveis à deposição do presidente, não compartilham dos mesmos valores nem do mesmo posicionamento discursivo sobre o acontecimento da deposição de João Goulart.

3.2. O *pathos* discursivo: descrição do cenário passional

Formulamos a noção de cenário passional para adaptar ao quadro da Análise do Discurso o que Aristóteles (2000) entende por *três pontos de vista sobre as paixões*. Nossa idéia é que essa noção nos ajude a depreender o *pathos* discursivo, com base na análise de três pontos:

- A disposição do sujeito apaixonado;
- A disposição do sujeito desencadeador da paixão;
- Os motivos que suscitam a paixão.

A análise deve ter em conta que esses três elementos constituintes do cenário passional estão imbricados com o conjunto de crenças compartilhadas e axiologizadas sócio-historicamente. Assim, o enunciador institucional *Correio da Manhã* instala no enunciado o sujeito “Sr. João Goulart” que contrai uma relação tumultuada com “a Nação” por causa “de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem” (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1). Do ponto de vista passional, o editorial constrói a imagem de uma nação que convive com a falta de liberdade e a falta de confiança no presidente:

A queda do Sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1).

É interessante notar que essas faltas correspondem aos sentimentos de opressão e de desconfiança, da quebra de expectativa do povo em seu governante. Esses dois sentimentos sustentam o efeito de sentido da indignação que, por sua vez, se constitui no motor passional que justifica a ação “vitoriosa” da “nação” contra o “Presidente João Goulart”. Essa vitória gera os sentimentos de justiça e de satisfação, efeitos passionais que permeiam o tom eufórico do discurso dos dois jornais. No entanto, não vemos no *Correio da Manhã* uma satisfação ingênua, pois seu discurso deixa transparecer sua preocupação com o porvir e se mostra de prontidão a um possível regime de exceção:

Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva (CORREIO DA MANHÃ, 1964, p.1).

Em síntese, podemos esboçar o seguinte cenário passional:

- A disposição do sujeito apaixonado: o jornal e seu leitor (identificados com “a nação brasileira”, fundidos em um só sujeito) experimentam a opressão (João Goulart cerceia a liberdade do povo), a desconfiança (uma ditadura será instalada), a justiça (o povo afasta João Goulart), a satisfação (a liberdade e a legalidade saíram vitoriosas), a preocupação (quem assumirá a presidência?);
- O sujeito desencadeador da paixão: presidente João Goulart;
- Os motivos que suscitam a paixão: nefasta administração que causava o tumulto e a desordem.

Já o enunciador institucional *O Globo* também instala em seu enunciado um sujeito heróico e católico (“Forças Armadas”, “bravos militares”, “Providência Divina”) que restitui a um sujeito vitimado (“Brasil”, “os brasileiro”, “o povo”) valores como “a paz”, “a tranqüilidade”, “o progresso”:

Atendendo aos anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal (O GLOBO, 1964, p.1).

Instala-se no “povo” o sentimento da incerteza (falta de esperança), que é compartilhada pelo jornal. Mas, ao construir o herói, constrói-se a expectativa do povo nas Forças Armadas, gerando o efeito passional da esperança, porém uma esperança passiva, em que o sujeito não é o agente da ação transformadora, pois a transformação fica a cargo de outro sujeito: as Forças Armadas. É interessante notar que o discurso d’*O Globo* não constrói o sentimento da preocupação (como vimos no *Correio da Manhã*), pois deixa predominar o tom eufórico de satisfação pela deposição de João Goulart. Eis outro ponto de divergência entre os discursos do *Correio da Manhã* e d’*O Globo*.

Em síntese, podemos esboçar o seguinte cenário passional:

- A disposição do sujeito apaixonado: o jornal e seu leitor (identificados com “a nação brasileira”, fundidos em um só sujeito) experimentam a incerteza, a falta de esperança (O povo não confia no futuro do país sob o governo de João Goulart), a esperança (as Forças Armadas afastam João Goulart), a satisfação (superação da crise sem maiores sofrimentos e luto);
- O sujeito desencadeador da paixão: Forças Armadas;
- Os motivos que suscitam a paixão: falta de paz, tranqüilidade e progresso.

3.3. O *pathos* discursivo: efeitos passionais e sistemas de valores

A análise do *pathos* discursivo, porém, não se basta à descrição do cenário passional. A construção da imagem de uma “nação” oprimida (*Correio da Manhã*) ou sem esperança (*O Globo*) no plano do enunciado tem implicações no plano da enunciação, aquele em que consideramos o estatuto do enunciador e do co-enunciador na situação de comunicação.

O leitor do jornal, o co-enunciador, é também um brasileiro, parte do povo; assim, ao ler o editorial, ele se identifica com esse “povo” caracterizado pelos dois jornais, e experimenta os efeitos passionais da opressão (*Correio da Manhã*) e da incerteza (*O Globo*), que se manifestam no plano da enunciação. E, tendo em vista que o gênero discursivo editorial tem por finalidade formar opinião, orientar crenças, valores e ações, podemos afirmar que o sujeito leitor/povo é persuadido:

- Pelo *Correio da Manhã*, a vencer o medo e tornar-se o sujeito da deliberação⁷, transformando o presidente João Goulart em seu anti-sujeito;
- Pel’*O Globo*, a confiar nas Forças Armadas e a manter-se como sujeito paciente, assistindo o presidente João Goulart (seu anti-sujeito) ser afastado pelas Forças Armadas, que ocupam o lugar do sujeito ativo.

Em suma, o *Correio da Manhã* orienta seu leitor a ser o sujeito de fato, ao passo que *O Globo* constrói um sujeito leitor que é um objeto. Assistir ou agir? Eis a questão colocada pelos dois jornais. Tomar a atitude ou deixar de tomá-la consistiu em um valor essencial para a vida política naquele período. Assim, se relacionarmos as paixões aqui descritas ao sistema de valores do regime democrático, veremos que os *pathé* que emergem desses dois discursos estão assentados em um valor fundamental à democracia, que está na própria origem etimológica da palavra *democracia*: a participação do povo.

3.4. O *ethos* discursivo e sua relação com o *pathos*

A maneira como os *pathé* dos discursos do *Correio da Manhã* e d’*O Globo* são construídos também serve de subsídio para a apreensão do tom e do caráter de seus enunciadores. O tom do discurso do *Correio da Manhã* é eufórico, mas resguardado, porque preocupado com o porvir. Já o tom discursivo d’*O Globo* é totalmente eufórico. Enquanto o primeiro constrói um mundo em que a democracia é defendida pelo próprio povo e se coloca ao lado do povo, o segundo constrói um mundo de heróis e de vilões, em que o povo é a vítima indefesa que assiste às Forças Armadas banirem os “vermelhos que envolveram o executivo Federal”.

⁷ Aristóteles (2000, p.31) já nos mostra que “para temer é preciso guardar no íntimo alguma esperança de salvação, com respeito àquilo pelo que se luta [...]: o temor nos torna aptos a deliberar”.

O *ethos* institucional do jornal corresponde ao modo de ser e de se comportar no mundo, na esfera jornalística de uma dada sociedade. Vemos, portanto, a contraposição de dois *ethé* bem distintos, pois emerge do discurso do *Correio da Manhã* o *ethos* de um jornalismo atuante, ao contrário do discurso d'*O Globo* que constrói um *ethos* de espectador.

Esse *ethos* atuante suscita a memória de um corpo enunciante historicamente especificado (o dos jornais que lutaram pela liberdade, pela democracia) e, ao mesmo tempo, suscita o *anti-ethos* não atuante (espectador), que abrange a imagem de seu anti-sujeito, daquele que investe contra os valores veiculados pelo *ethos*. Se o *Correio da Manhã* polemiza com João Goulart na esfera política, é na esfera jornalística que esse jornal se contrapõe a um jornalismo alinhado ao *establishment*, "seja quem for". Esse *anti-ethos* produzido pelo discurso do *Correio da Manhã* é endereçado aos jornais espectadores, que mais tarde viriam a aceitar a República forjada pelo regime militar.

Já o *ethos* espectador construído pelo discurso d'*O Globo* suscita um corpo enunciante também historicamente especificado: daqueles que esperam que alguém faça por ele o seu dever. Destacamos, porém, a construção do *anti-ethos* não espectador (atuante), que corresponde à imagem de seu anti-sujeito. Se o discurso d'*O Globo* cria identificação com o povo no sentido de confiar às Forças Armadas a tarefa de restituir a democracia, é tão somente as Forças Armadas que podem exercer o direito de realizar tal tarefa, mais ninguém. É aí que o *ethos* de espectador d'*O Globo* mais o seu *anti-ethos* atuante captam o imaginário do leitor, convidando-o a fazer parte desse corpo de pessoas que confiam nas Forças Armadas.

Parece-nos que é assim que esses *ethé* e *pathé* construídos nos discursos analisados dão contornos aos sujeitos que emergem do discurso jornalístico do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* e legitimam seus discursos, suas identidades discursivas e as suas respectivas inscrições nas formações discursivas das quais eles enunciam.

4. Considerações finais

A deposição do presidente João Goulart foi um acontecimento que organizou duas formações discursivas que já vinham se alinhando de acordo com a política internacional ditada pela guerra fria. Vimos que, no primeiro momento após a queda de João Goulart, a chamada grande imprensa não apresentava – à primeira vista – posicionamentos ideológicos discordantes. No entanto, pudemos mostrar que tal afirmação não resiste a um exame pouco mais cuidadoso da matéria jornalística.

Os *pathé* e os *ethé* que emergiram dos discursos do *Correio da Manhã* e d'*O Globo* se mostraram bem contraditórios entre si. Enquanto um reproduz o discurso do povo atuante que defende a democracia, o outro constrói um discurso em que fica ao lado do povo esperando as Forças Armadas restituírem a democracia.

Finalmente, podemos concluir que a participação do povo consiste em um valor fundamental da democracia, o que nos permite desvendar qual é o discurso que se posiciona mais próximo dos valores democráticos e qual é o discurso que se apresenta mais contraditório.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. Retórica. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

_____. Retórica das paixões. Trad. do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964.

DECLERCQ, Gilles. L'art d'argumenter: structures rhétoriques et littéraires. Paris: Editions Universitaires, 1992.

FIORIN, José Luiz. O regime de 1964: discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. 3ª ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). Imagens de si no discurso: a construção do ethos. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005, p.69-92.

_____. Cenas da enunciação. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2006.

_____. Gênese dos discursos. Trad. Sírio Possenti. Curitiba : Criar Edições, 2007.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. In: ARISTÓTELES. Retórica das paixões. Trad. do grego Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p.XVII-LI (prefácio).

MOSCA, Lineide Salvador. A teoria perelmaniana e a questão da afetividade. In: OLIVEIRA, Eduardo Chagas (Org). Chaïm Perelman: direito, retórica e teoria da argumentação. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana & Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Filosofia, 2004, p.129-140.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 02 abr. 1964.

PLANTIN, Christian. A argumentação: história, teorias, perspectivas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.

PLEBE, Armando. Breve história da retórica antiga. Trad. Gilda Naécia Maciel de Barros. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1978.

Ressurge a Democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos.

Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

GRAÇAS A DECISÃO e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

COMO DIZIAMOS, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinato das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

AGORA O CONGRESSO dará o remédio constitucional à situação em favor da ordem, da disciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

PODEREMOS, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

SALVAJS DA COMUNIZAÇÃO que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitá-los porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

AS FORÇAS ARMADAS, diz o Art. 170 da Carta Magna, "são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI".

NO MOMENTO em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos

ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, salu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

ATENDENDO AOS anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fardo que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

ESTE NÃO FOI um movimento partidário. Dêle participaram todos os brasileiros... concordando de animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo.

MAS, POR ISTO que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, nem representou uma renção contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objective o bem do povo e o progresso do País.

SE OS BANIDOS, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiemos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social.

MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.

Vitória

A nação saiu vitoriosa com o afastamento do sr. João Goulart da Presidência da República. Não era possível mais suportá-lo em consequência de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem. O país foi vítima de uma terrível provocação que abalou a sua própria estrutura democrática.

Em qualquer lugar onde o sr. João Goulart se encontre, e diga o que disser, já não é mais o Presidente da República. Não adianta resistência nenhuma a seu favor. As forças emanantes da Nação já o repudiaram e já o afastaram de seu convívio político. A causa do sr. João Goulart está definitivamente perdida.

Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva.

Esta vitória não pertence à direita. Pertence, precisamente, aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei.

Não pertence aos oportunistas que permaneceram em silêncio e escondidos até o instante da vitória. Pertence aos que tomaram uma atitude franca e decisiva para defender as instituições ameaçadas. Não àqueles que sempre ameaçaram estas instituições e sim aos que sempre as defenderam.

Não admitimos - - e o fazemos com autoridade o honçao - - que

para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbítrio de quem quer que seja.

Não podemos consentir que levemente se restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade sindical, a liberdade partidária, ou melhor, que sofra o menor arranhão a livre manifestação das idéias.

A queda do sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura.

Ditadura nunca! Seja da direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes.

A derrocada do janguismo, com tudo que nele existe de mediocre e de prejudicial para o país, não pode servir de pretexto para o estabelecimento de um regime que não esteja plenamente de acordo com a dignidade do povo brasileiro.

O povo não desiste de suas conquistas sociais e políticas. Não abdica do direito de escolher livremente os seus dirigentes. Não recua diante da reação porque ele sabe que a queda do sr. João Goulart representa uma vitória da legalidade e da democracia.

Nada de violência nem de repressão contra os inimigos políticos deste ou daquele que detenha uma parcela de poder.

O CORREIO DA MANHÃ desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira.